

Mobilização no Senado em defesa das mulheres

Debate sobre a eficácia da Lei Maria da Penha e instalação de subcomissão em defesa dos direitos da mulher marcaram mobilização no Senado ontem. **5**



Participantes do debate e senadoras foram recebidas pelo presidente José Sarney, que prometeu trabalhar pela implantação de medidas que reduzam a discriminação e a violência contra as mulheres

Jose Vareilly/Senado Federal

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.424 – Brasília, quarta-feira, 13 de abril de 2011



Apoiado por líderes, plebiscito das armas começa a tramitar

Projeto prevê consulta à sociedade sobre manutenção da lei que permite o comércio de armas de fogo e munição



Moreira, Moritz/Senado Federal

Maioria das lideranças partidárias apoiou projeto do senador José Sarney que prevê plebiscito sobre comércio de armas no país. Tema também foi objeto de discursos em Plenário. **3**

João Pedro (E), Humberto Costa, José Sarney, Renan Calheiros e Walter Pinheiro, na sessão de ontem: tramitação começa pela CCI

Definidas novas regras para descartar pilhas e baterias **7**

CAE endurece normas para requerimentos e sabatinas **6**

Diretora-geral aponta vantagens na reforma **2**



Gerardo, Magela/Senado Federal

Senador Paulo Paim (C) coordena debate de quase cinco horas sobre os fundos de pensão: empresas não estariam recolhendo as contribuições mensais devidas

Lio de Paula/Senado Federal

Especialistas da área privada e do governo foram convidados para o debate na CI, presidida por Lúcia Vânia (ao fundo)



Representantes de empregados temem quebra dos fundos de pensão **8**

Governo defende, mas especialistas fazem duras críticas ao trem-bala **4**

Diretora-geral aponta problemas no cenário atual, como burocracia excessiva, exaustão de espaço físico, fragilidade das normas e envelhecimento dos recursos humanos

Doris ressalta importância da reforma administrativa

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Subcomissão da Reforma Administrativa, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, disse ontem acreditar que a Casa passa por um momento único, em que é possível rever o modelo administrativo adotado. Para ela, o cenário atual tem problemas, como burocracia excessiva, exaustão do espaço físico, fragilidade das normas, envelhecimento dos recursos humanos e desmotivação.

– Precisamos fazer uma reforma não para hoje, mas para apontar para onde vai o Senado amanhã – disse.

A diretora-geral apresentou aos senadores os números atualizados de servidores da Casa: 3.371 efetivos, 2.685 comissionados e 3.115 terceirizados,

totalizando 9.171 funcionários. Há ainda 2.496 servidores inativos e 1.296 pensionistas. O quadro de pessoal representa uma folha de pagamento mensal de R\$ 233.058.866,20 (dados de janeiro).

Doris Peixoto destacou que o envelhecimento do quadro de servidores e o consequente aumento de aposentadorias explicam o número de novos funcionários nomeados nos últimos anos. De uma previsão inicial de 150 novos servidores, foram convocados mais de 500.

No entanto, o número de servidores requisitados para gabinetes de senadores (523) levou o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator do Projeto de Resolução (PRS) 96/09, a questionar a necessidade de

novas nomeações e concursos no Senado. Ele ponderou se a devolução dos servidores requisitados por gabinetes à estrutura da Casa não seria suficiente para suprir as necessidades.

A diretora-geral argumentou que o atual modelo é positivo, por estabelecer uma “parceria” entre a área administrativa e as estruturas que atendem aos parlamentares.

Respondendo a pergunta do presidente da subcomissão, Eduardo Suplicy (PT-SP), Doris afirmou que a desmotivação dos servidores se deve às denúncias veiculadas pela imprensa.

– A imprensa questiona a seriedade dos servidores da Casa. Mas temos culpa nisso também porque não explicitamos o que fazemos – comentou.



Na audiência pública, Claudia Lyra, Eduardo Suplicy (presidente da subcomissão), Doris Peixoto e Ricardo Ferraço (relator)

Comunidade TIControl faz balanço de seus cinco anos

Os cinco anos da Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControl) – que reúne representantes dos três Poderes, do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União com o objetivo de incrementar a gestão pública – foram comemorados ontem. “Juntos, cumprimos melhor as missões no âmbito da fiscalização, e estamos nos capacitando, aprimorando o processo de licitação, trocando conhecimento e experiências”, disse a diretora do Prodasen, Cláudia Nogueira. Para a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, a comunidade é uma “união umbilical”. E Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa, define o acordo como “o Estado pensando no Estado”.

Prefeito de Ouro Preto pede por conservação

O prefeito de Ouro Preto (MG) e presidente da Associação Brasileira das Cidades Históricas, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney. Ele estava acompanhado do deputado federal Saraiva Felipe (PMDB-MG).

Angelo Oswaldo veio pedir apoio para a conservação do patrimônio das cidades históricas do Brasil. O prefeito disse ainda que é preciso preservar os recursos do PAC destinados a esses municípios.

Sarney explica dispensa de ponto em gabinetes

A natureza de determinadas atividades torna necessária a liberação de alguns servidores do registro de frequência pelo sistema de ponto biométrico, “o que não significa menor rigor e fiscalização do seu trabalho”, afirmou o presidente do Senado, José Sarney. De acordo com ele, esse “número restrito de funcionários” cumpre a jornada de trabalho normal, mas em horários e locais diferenciados dos demais.

– Nos gabinetes parlamentares há um grupo de funcionários encarregado de tratar de assuntos de fora, nos ministérios, e evidentemente eles não podem ficar sujeitos às rotinas exatas, senão o trabalho dos gabinetes não funciona – disse.

Ciro Nogueira e deputados querem apoio para conclusão de rodovia

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o senador Ciro Nogueira (PP-PI), que estava acompanhado do presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, deputado Themístocles Filho (PMDB), e do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Arnaldo Melo (PMDB).

O objetivo do encontro foi tratar do término das obras da BR-222, entre Fortaleza (CE) e Belém (PA). Segundo Ciro Nogueira, faltam cerca de 130 quilômetros, sendo 10 quilômetros no Maranhão e 120 no Piauí.

De acordo com o deputado Themístocles Filho, são necessários R\$ 150 milhões para a conclusão da rodovia, o que, na opinião do parlamentar, é “um valor pequeno para a grandeza da obra”.

– Queremos o apoio do presidente José Sarney para a liberação desses recursos junto ao Ministério dos Transportes – disse Themístocles.

Para o deputado Arnaldo Melo, a obra é importante por permitir a integração de quatro estados: Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.

Campanha mostra importância do trabalho parlamentar

Aproximar o cidadão da atividade legislativa e mostrar como o trabalho parlamentar está presente nas vidas de todos: esse é o objetivo da campanha informativa “O Congresso faz parte da sua história”, lançada ontem em veículos de comunicação do

Senado (jornal, rádio e TV).

Entre os assuntos abordados estão educação, igualdade racial, meio ambiente, maternidade e infância e juventude, entre outros que foram destaque nos debates e nas votações das comissões e do Plenário.

Adiamento

Por razões técnicas, os discursos de senadores proferidos em Plenário após as

19h40 de ontem serão publicados somente na edição de amanhã.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Recursos do BNDES para trem-bala

14h A sessão é deliberativa. A pauta está trancada pelo projeto (PLV 7/11) que libera R\$ 20 bilhões ao BNDES para a construção do trem-bala.

Presidência Relatório sobre reforma política

11h30 O senador José Sarney recebe representantes da Comissão de Relações Exteriores do Senado da França; às 12h, comparece à cerimônia de entrega do relatório final da Comissão de Reforma Política; às 12h30, recebe o presidente do Ipea, Marcio Pochmann. Às 16h, preside a sessão plenária.

CAS Salário-maternidade

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota, entre outros itens, projeto que trata do pagamento do salário-maternidade por micro e pequenas empresas de até dez empregados.

CCT/CDH Acesso à informação

9h As comissões realizam audiência pública sobre o projeto (PLC 41/10) que garante acesso à informação com o ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, o representante do Ministério das Relações Exteriores, Pedro Garcia, e o coordenador de Comunicação da Unesco, Guilherme Godoi.

CDR Duas novas subcomissões

9h30 Projeto que define os critérios de classificação do espaço urbano e rural está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional. Também serão designados os integrantes das subcomissões Permanente do Codelul e Temporária para Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

CCJ Mudança no rito das MPs

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina a PEC que altera a tramitação das medidas provisórias.

CE Direitos de transmissão do futebol

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência pública para debater a compra de direitos de transmissão de jogos de futebol. Serão ouvidos dirigentes do Corinthians, Coritiba, Flamengo e São Paulo.

Reforma Comissão entrega relatório a Sarney

12h A Comissão de Reforma Política entrega o relatório de seus trabalhos ao presidente do Senado, José Sarney.

Copa Infraestrutura para 2014

14h30 A Subcomissão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da Comissão de Meio Ambiente, realiza audiência pública para debater as condições de infraestrutura para os jogos da Copa. Serão ouvidos diretores da Agência Executora das Obras da Copa do Mundo no Pantanal (Agecopa).

CCJ Ameaças a juizes federais

14h30 Audiência pública para debater, entre outros assuntos, as ameaças que vêm sofrendo os juizes federais criminais e suas famílias, por organizações criminosas. Um dos convidados para o debate é o presidente da Associação dos Juizes Federais, Gabriel de Jesus Tedesco Wedy.

CMMC Eleição do presidente, vice e relator

14h30 Instalação dos trabalhos e eleição do presidente, vice-presidente e relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

CMO Crédito para combate à fome

14h30 Comissão Mista de Orçamento vota crédito de R\$ 755 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Reforma Regulamento administrativo

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa realiza audiência pública para ouvir a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, sobre o projeto que altera o regulamento administrativo da Casa.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Em reunião de manhã, presidente José Sarney obtém apoio de maioria dos líderes partidários para a proposta de decreto legislativo, que marca a consulta à opinião dos eleitores para o primeiro domingo de outubro deste ano

Projeto que convoca plebiscito sobre comércio de armas começa a tramitar

A PROPOSTA DO presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), de realizar um plebiscito nacional sobre o comércio de armas de fogo foi apresentada ontem ao Plenário. Com isso, o projeto de decreto legislativo começa a tramitar, seguindo inicialmente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O objetivo do plebiscito é consultar a população a respeito da seguinte questão: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?"

A proposta tramitará em regime de urgência na Casa, segundo o senador. Para ser apresentado, o projeto dependia de 27 assinaturas, reunidas ontem. Se aprovado pelo Senado, o texto será submetido à apreciação da Câmara.

Sarney obteve de manhã o apoio de líderes partidários para apresentação do projeto. Ele explicou ainda que a resposta a

esse plebiscito permitirá ou não ao Legislativo modificar o Estatuto do Desarmamento para proibir o comércio de armas.

De acordo com o senador, se o Congresso aprová-lo, nova consulta popular sobre o tema será realizada no primeiro domingo de outubro deste ano.

– Espero que possamos trilhar esse bom caminho. É preciso rever essa decisão, que considero equivocada – disse Sarney.

Ele se referia ao resultado do referendo de 2005, que liberou o comércio de armas no Brasil.

– Acho que a população foi induzida a erro. Estamos verificando que a venda de armas no país de nenhum modo alcançou o que julgavam, que ia garantir a segurança do cidadão. Pelo contrário, torna mais vulnerável porque cada um que tem arma passa a ser objeto de procura dos bandidos – afirmou.

O líder do PT, senador Hum-

berto Costa (PE), observou que a bancada vai apoiar a iniciativa.

– Nosso partido tem a cultura da paz e entende que, enquanto houver a livre circulação de armas, não somente vamos ter a fonte de armamentos daqueles que infringem a lei, como também a maior fonte de armas para a violência habitual, cotidiana e interpessoal – afirmou.

O deputado Sandro Mabel (PR-GO) aproveitou a reunião para solicitar aos senadores a votação de projeto de sua autoria que prevê a instalação de detectores de metal nas escolas públicas.

Apesar da boa receptividade entre os líderes, o plebiscito não tem unanimidade entre os senadores. O líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), que não esteve no encontro, disse que a ideia é equivocada e não resolve o problema da violência.

– A questão não é tirar a arma

de fogo do homem de bem, mas tirar a arma de fogo do marginal. Acho que o Congresso deveria se debruçar sobre isso. São várias as propostas para equipar as Forças Armadas e também a Polícia Federal, para que o combate da entrada de armas seja otimizado, e eu acho que simplesmente o foco está completamente equivocado – ressaltou o senador.

Abstenção elevada

Dos eleitores que compareceram ao referendo de 2005, 63,94% disseram não à proibição do comércio de armas (59,1 milhões de votos), contra 36,06% que disseram sim (33,3 milhões). Houve 1,6 milhão de votos nulos e 1,3 milhão de votos em branco, que somaram 3,07%. A abstenção foi elevada: 21,85% (ou 26,6 milhões de eleitores) não compareceram às urnas.



Renan Calheiros foi autor da proposta que resultou no plebiscito de 2005

Renan também defende nova consulta popular

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu em Plenário a proposta do presidente do Senado, José Sarney, de realizar um novo plebiscito sobre a proibição da venda de armas no Brasil. Renan propôs também a vinculação de recursos orçamentários, mesmo que temporária, para a segurança pública, nos moldes do que já acontece com a saúde e a educação.

A proibição do contingenciamento de verbas destinadas à segurança pública foi outra proposta do parlamentar.

– O Senado Federal dá mais uma resposta ágil à sociedade, como fez em oportunidades recentes – afirmou Renan.

Na opinião do senador, nunca será possível ficar livre dos fanáticos e dos loucos, mas o país tem "todas as condições de dificultar o acesso deles aos meios que potencializam a tragédia":

– Atrás de todos os casos [de violência] está um único problema: a banalização e o fácil acesso a armas de fogo no Brasil – afirmou o senador, que propôs a proibição da venda de armas de fogo e munições que resultou no plebiscito de 2005. "A resistência da bancada da bala" e "o inescrupuloso lobby da indústria das armas" derrotaram a proibição, disse Renan.



Sarney, entre sete líderes partidários, na reunião de ontem: Humberto Costa (E) antecipou apoio do PT à proposta

Paim sugere câmara de conciliação tripartite

Embora concorde com as ações que vêm sendo propostas em favor do desarmamento, inclusive a realização de um plebiscito, o senador Paulo Paim (PT-RS) relatou ontem ter recebido sugestão de "alguém ligado à indústria de armas" pela criação de uma câmara de conciliação para tratar do assunto. Essa câmara teria a participação de empresários do setor, do governo e da sociedade civil e buscaria um entendimento para que a produção de armas seja destinada exclusivamente ao Estado.

Segundo Paim, as vendas da indústria de armas no país são muito pequenas e o setor tem interesse em chegar a um entendimento que possa levar a um pacto pelo desarmamento.

Na opinião do senador, por este caminho é possível "construir uma saída negociada sem necessariamente passar ainda por um plebiscito".

Suplicy elogia apelo do U2 contra violência

A homenagem feita pela banda U2 às 12 crianças vítimas do massacre no bairro de Realengo, no Rio, foi elogiada por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador destacou o apelo da banda irlandesa, feito em *shows* em São Paulo, pela convivência "num mundo sem tanta violência".

Suplicy manifestou apoio à ideia de realizar um novo plebiscito propondo a proibição do comércio de armas.

O senador lembrou que, na campanha do desarmamento, de 2004 a 2008, 500 mil armas foram recolhidas e 1,5 milhão regularizadas. O parlamentar informou que, de 2004 a 2010, a taxa de mortalidade por armas de fogo caiu 8%.

Suplicy também disse que, com frequência, "desavenças banais", que poderiam ser resolvidas por meio do diálogo e da negociação, transformam-se em tragédias irreversíveis.

Walter Pinheiro destaca ascensão social no país

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) chamou a atenção do Plenário para reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a mudança socioeconômica ocorrida no país nos últimos cinco anos. De acordo com o senador, a sociedade deixou de ter a forma de pirâmide, típica de países pobres, com uma grande parcela da população na camada inferior, já que houve "grande mobilidade social" no governo Lula. Somente no ano passado, citou Walter Pinheiro, quase 31 milhões de brasileiros ascenderam socialmente: 19 milhões de pessoas saíram das classes D e E e ingressaram na classe C. Outros 12 milhões pularam da classe C para as classes A e B. A classe C, que representava ano passado 53%, incluía em 2005 apenas 34%.

– Isso não é uma ação qualquer. Isso é mexer exatamente na base da economia. Essa é a verdadeira ação de política de distribuição de renda – assinalou o senador.

Programações monetárias seguem para a Câmara

O Plenário aprovou ontem a programação monetária enviada pelo Executivo para o terceiro e o quarto trimestres de 2010 e o primeiro de 2011. Os projetos de Decreto Legislativo 105/11, 106/11 e 17/11, relatados na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por Francisco Dornelles (PP-RJ), seguem para a Câmara.

Essa programação, elaborada pelo Banco Central, trata das estimativas dos principais agregados monetários e das metas econômicas fixadas pelo governo.

Indicações para o Cade passam no Plenário

As indicações de Marcos Paulo Veríssimo e Elvino de Carvalho Mendonça para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) foram aprovadas ontem pelo Plenário. Veríssimo, formado em Direito, desde 2009 chefia o gabinete da presidência do BNDES. Mendonça, graduado em Administração de Empresas, ingressou na carreira de analista de finanças e controle da Secretaria de Tesouro Nacional. Ambos têm mestrado e doutorado.



Sugestão foi feita por pessoa ligada à indústria



Suplicy: "desavenças banais" tornam-se tragédias



Senador citou reportagem de *O Estado de S. Paulo*

Debate durou mais de cinco horas na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Para opositores, obra do trem de alta velocidade ligando Rio de Janeiro a Campinas, além dos custos elevados, não deve ser prioridade para o país

Especialistas criticam e governo defende construção do trem-bala

EM DEBATE ONTEM na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), especialistas criticaram o investimento a ser feito na implantação do trem-bala ligando Rio de Janeiro a Campinas. Segundo três dos cinco convidados, o Brasil precisa aplicar recursos em áreas estruturantes, como saneamento básico, aeroportos, rodovias, portos, ferrovias convencionais, metrô e hidrovias.

A audiência debateu a viabilidade econômica da construção do trem de alta velocidade (TAV) que ligará aeroportos de Campinas (Viracopos), São Paulo (Guarulhos) e Rio de Janeiro (Galeão). O Plenário deve votar hoje a MP 511/10, que autoriza a União a oferecer garantia para financiamento de até R\$ 20 bilhões do BNDES ao consórcio que construirá o TAV.

O economista Josef Barat, da Planam Consult, o consultor legislativo do Senado Marcos José Mendes e o diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), Paulo Fleury, criticaram a opção do governo em dar prioridade ao empreendimento.

– Dinheiro não nasce em árvore. Existe no país uma série de investimentos em problemas de infraestrutura que, se resolvidos, vão dar um retorno econômico e social muito superior ao do trem-bala – afirmou Marcos Mendes, que resumiu para os senadores dois artigos que produziu para o Centro de Estudos da Consultoria do Senado.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo, e o superintendente da Área de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Henrique Amarante Costa Pinto, defenderam a viabilidade econômica e a importância estratégica do trem-bala.

Custos elevados

A presidente da CI, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou o custo total previsto para o empreendimento, de R\$ 34,63 bilhões, com R\$ 3,4 bilhões pagos pela União por meio da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (Etav), além do financiamento do BNDES.

Lúcia Vânia reconheceu que o país precisa de mais recursos na área de transporte, pouco contemplada nas últimas décadas. Para ela, o trem-bala pode trazer grandes benefícios para o país, até mesmo nos campos ambiental e de capacitação da engenharia nacional.

No entanto, a senadora considerou preocupante o fato de a MP 511/10 prever que o financiamento do BNDES à iniciativa privada será aportado pelo Tesouro Nacional com taxas de juros subsidiadas e poucas garantias de que o governo não terá de gastar ainda mais para garantir a obra. A prioridade do investimento também foi questionada por ela e outros senadores.



Debatadores na CI, com a senadora Lúcia Vânia ao centro: divisão de opiniões entre técnicos e representantes do governo



Eduardo Braga (E), Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro: preocupação com o alto custo e com a atuação do BNDES no projeto

BNDES e ANTT garantem viabilidade do projeto

O trem-bala é viável economicamente e trará grandes benefícios para o país, garantiram o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo, e o superintendente da Área de Estruturação de Projetos do BNDES, Henrique Amarante Costa Pinto.

Bernardo Figueiredo informou que a construção de um trem-bala entre Rio e São Paulo é debatida pelo menos desde 1998 e foi retomada com mais força em 2007. Ele argumentou que, de acordo com estudos técnicos,

o TAV é a tecnologia mais adequada para a região, por ter altíssima densidade demográfica e corresponder à geração de grande parte do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

– É um transporte de baixo custo, confortável, seguro, confiável, sustentável, mais barato que os outros, previsível e sem atrasos – defendeu Figueiredo.

Por sua vez, Henrique Amarante Costa Pinto garantiu que o trem iniciará suas atividades em 2016, atendendo inicialmente a cerca de 32 milhões de pessoas em uma região com meios de

transportes aeroviário e rodoviário já hoje saturados.

– A capacidade operacional de Congonhas e Guarulhos, por exemplo, está praticamente esgotada. É uma necessidade para a região. Há sérias dificuldades técnicas e socioambientais para construir mais estradas nessa região do país – argumentou Amarante.

O representante do BNDES lembrou que o projeto foi antecedido por estudos geotécnicos, ambientais, de demanda, de engenharia e traçado, com empresas de renome mundial.

Anatel deve esclarecer denúncias de negligência

A fim de esclarecer denúncias de apropriação de bens da União, inclusive prédios e terrenos, pelas operadoras de telefonia fixa, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) vai convidar o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações

(Anatel), Ronaldo Sardenberg, o procurador-geral da autarquia, Marcelo Bechara, e outros atuais e ex-dirigentes da agência a explicar como o órgão controla os bens cedidos às telefônicas com cláusula de devolução.

Na audiência, requerida por

Pedro Taques (PDT-MT), será debatido projeto (PLS 53/10) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, que permite às telefônicas manterem os bens enquanto prestarem serviços de utilidade social.



Rolleberg preside a CMA, que aprovou convite a atuais e ex-dirigentes de agência para falar de possível desvio de bens da União

Prouni pode melhorar mais, diz Santiago

Embora considere o Programa Universidade para Todos (Prouni) como “uma das melhores iniciativas do governo federal na última década”, o senador Wilson Santiago (PMDB-PB) apontou ontem “certo desequilíbrio na participação das bolsas integrais”. De 2005 a 2010, disse, apenas 57% dos beneficiados receberam a bolsa de forma integral.

– Esse fenômeno vem fazendo com que das mais de 1 milhão de bolsas oferecidas somente 800 mil sejam aproveitadas – disse.

Wilson Santiago também acredita que a oferta de bolsas do Prouni deveria levar em conta o aspecto populacional. O estado da Paraíba, que tem 2% da população brasileira, foi beneficiado com apenas 0,7% das bolsas do programa – o que representa menos de 8 mil bolsistas contemplados, exemplificou.

Para Wilson Santiago, é importante mudar essa situação, pois “corre-se o risco de, ao contrário do pretendido, o Prouni não estimular o desenvolvimento das regiões mais carentes”.

O senador disse ainda que os ajustes no programa podem “construir um Brasil melhor”.

– Estamos diante de uma oportunidade de aprimorar as características que estruturam um programa tão importante para o Brasil e para os brasileiros – defendeu.



Senador sugere que programa distribua mais bolsas integrais

Definição conjunta sobre outorgas de rádio e TV

Eduardo Braga (PMDB-AM) anunciou ação conjunta do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Ministério das Comunicações para definir novos critérios para a concessão de outorgas de rádio e TV.

A decisão foi tomada ontem, durante reunião do ministro Paulo Bernardo com o presidente da CCT, Eduardo Braga, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) e o presidente da CCT da Câmara, Bruno Araújo (PSDB-PE). Técnicos do ministério e consultores legislativos vão elaborar critérios e regras para tornar mais transparentes as concessões de outorgas de radiodifusão. As primeiras providências serão anunciadas no dia 27, em audiência pública sobre o tema.

Fotos de Gerardo Mangalá/Senado Federal



Ministra Cármen Lúcia (E), do STF, com senadora Ângela Portela (3ª à esq.) e os demais debatedores: Estado deve agir quando houver violência

Ângela Portela e Lídice da Mata vão dirigir subcomissão da mulher

A Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foi instalada ontem e elegeu as senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata (PSB-BA) como presidente e vice-presidente.

Ângela Portela informou que a subcomissão vai discutir questões relacionadas à melhoria da qualidade de vida das brasileiras.

O objetivo não é criar privilégios, mas igualdade entre os gêneros, explicou.

O combate à violência doméstica e ao tráfico de mulheres, a melhoria da saúde feminina e a ampliação da licença-maternidade são alguns dos temas a serem tratados pela subcomissão.

– Uma democracia plena e consolidada não pode aceitar essa desigualdade entre homens e mulheres – disse.



Marta Suplicy deposita seu voto para presidente e vice da nova subcomissão

Um instrumento a favor da mulher, afirma senadora

Ao informar o Plenário sobre a instalação, na manhã de ontem, da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, a senadora Ângela Portela relatou a audiência pública promovida para discutir a Lei Maria da Penha e suas dificuldades de aplicação pelo Judiciário (veja matéria principal nesta página).

– A subcomissão é mais um instrumento criado para fortalecer o combate à violência e à exploração das mulheres – afirmou.

A senadora elogiou ainda a presidente Dilma Rousseff pela “melhoria da qualidade de vida da mulher brasileira”. Ângela destacou o projeto Rede Cegonha, o fortalecimento da rede de tratamento dos cânceres de mama e do colo do útero e a ampliação das creches públicas.

Marta ainda vê “gargalos” na condição feminina

Marta Suplicy (PT-SP) comemorou em Plenário a criação da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, instalada ontem de manhã. A parlamentar felicitou a senadora Ângela Portela, que presidirá a subcomissão.

Para Marta Suplicy, a iniciativa é um grande feito, já que, apesar de conquistas, como a chegada de Dilma Rousseff à Presidência da República, ainda há muitas dificuldades para as mulheres.

– Temos gargalos na questão da condição feminina como o combate à violência, a questão da creche, a parte educacional, salário, trabalho, que ainda fazem necessária uma subcomissão para que possamos ter um espaço para discutir – disse a senadora.

Lei Maria da Penha precisa de políticas para ser eficaz

Debatedores na CDH veem avanço para reduzir violência contra as mulheres, mas lembram que é preciso instrumentos mais fortes para o cumprimento da legislação

A LEI MARIA da Penha foi um avanço para reduzir a violência contra as mulheres, mas é preciso implementar políticas que permitam seu pleno cumprimento. Essa foi uma das conclusões da audiência realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir a Lei 11.340/06, por sugestão da senadora Ângela Portela (PT-RR).

Na avaliação de Iriny Lopes, ministra de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha é importante porque a violência contra a mulher passou a não ser mais vista como natural. Ela disse que ainda existe na sociedade a postura de não considerar crimes atos como bater ou humilhar mulheres, exercer violência psicológica contra elas ou mantê-las em cárcere privado.

– Não devemos nos calar diante de qualquer ato de violência, independentemente de quem seja o agressor, se embriagado,

morador de favela, empresário, político – disse a ministra, destacando não serem necessárias novas leis, mas apenas o cumprimento das existentes.

Para Luiza Bairros, ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, as novas leis são importantes para realizar uma mudança de mentalidade. Ela disse que a sociedade deve ser informada sobre seus direitos, pois assim a lei poderia ser aplicada em sua plenitude e contribuir com a construção de novas formas de relação.

Sobre os questionamentos quanto à constitucionalidade da lei, por suposto desrespeito ao princípio da igualdade, Luiza Bairros disse que isso só acontece porque a norma toca na questão da dominação masculina.

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia Antunes Rocha defendeu a interferência do Estado quando a mulher estiver sujeita a

qualquer tipo de violência. A ministra disse que as mulheres que sofrem violência doméstica ficam enfraquecidas pela vergonha e pelo medo. Essa situação, observou, deixa a vítima com traumas psicológicos difíceis de eliminar.

– A Lei Maria da Penha veio fazer isso: declarar que a mulher tem direito à vida sem violência, no espaço público ou particular. Sempre ouvi que em briga de marido e mulher não se mete a colher. Mete sim. Se for com violência, será objeto do Estado – disse Cármen Lúcia.

A juíza do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília, Maria Isabel da Silva, também defendeu a criação de políticas públicas que beneficiem as mulheres agredidas. Ela contou que já ouviu mais de 8 mil mulheres agredidas e disse sentir-se “frustrada e angustiada” com a falta de atendimento a elas, mesmo quando o agressor é punido.

Ministras e parlamentares pedem apoio a Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, prometeu trabalhar pela implantação de medidas que reduzam a discriminação e a violência contra as mulheres. Ele recebeu na manhã de ontem senadoras, deputadas e ministras que acompanharam Ângela Portela para comunicar a instalação da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher.

Sarney disse que a situação das mulheres “melhorou muito”, pois, em décadas anteriores, elas sofriam grande discriminação. No Congresso Nacional, observou, a participação das mulheres é importante, uma vez que elas defendem

não apenas as causas femininas, mas matérias importantes para toda a sociedade.

Para a ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, as mulheres precisam estar mais presentes na política. Ela disse que as características femininas podem contribuir na construção do país. A eleição de uma mulher para a Presidência da República, em sua visão, não deve ser um evento episódico, mas deve fazer parte do sistema eleitoral brasileiro. Já a ministra Luiza Bairros, da Igualdade Racial, manifestou preocupação quanto à inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Segundo a senadora Marta Suplicy, existem situações que a Lei Maria da Penha não consegue resolver, daí considerar importante a criação da subcomissão para discutir questões relacionadas às mulheres.

Por sua vez, a ministra Cármen Lúcia disse que o “grande momento do Direito na Humanidade não é a conquista de direitos legais, mas de fazer a lei ser respeitada”.

Na avaliação da ministra Iriny Lopes, de Políticas para as Mulheres, a subcomissão é um espaço importante para discutir e mediar ações. Ela propôs uma CPI para avaliar a violência doméstica no Brasil.



Mozarildo destaca importância do acompanhamento pré-natal

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou ontem o Dia do Obstetra, enfatizando a importância do acompanhamento pré-natal desde o primeiro dia da gestação para reduzir ameaças à saúde da mulher e do feto, especialmente o risco do aborto.

– O trabalho mais importante do pré-natal é para que o feto se desenvolva com saúde, a gravidez não apresente risco nem para a mãe nem para o feto. Um bom acompanhamento pré-natal reduz as chances de aborto. É o tempo de preparar para o melhor tempo da vida

– avaliou Mozarildo, que é médico obstetra.

O senador afirmou ainda que a diferença de valores pagos aos médicos, tanto no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto nos planos de saúde privados, acabou gerando uma distorção, na qual, na maioria dos casos,

médicos e suas pacientes optam por cesarianas em vez de parto normal.

O parlamentar elogiou também o trabalho realizado por parteiras que, segundo ele, atualmente possuem instrumental adequado para auxiliar as mulheres a darem à luz.

Senadores também demonstram preocupação com excesso de subcomissões que têm sido criadas. Para Delcídio Amaral, "não há risco de iniciativas desse tipo darem certo"

CAE adota novas regras para requerimentos e sabatinas

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem regras próprias para a apresentação e votação de requerimentos de audiência pública ou de criação de subcomissões e para o processo de escolha de autoridades. Essas questões foram tratadas em dois atos elaborados pelo presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), que receberam relatório favorável, com emendas, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A leitura de requerimentos só será realizada na presença do autor, que deverá pertencer à CAE. A votação do texto ocorrerá apenas na reunião seguinte. A intenção é garantir um prazo de análise aos membros do

colegiado sobre matérias dessa natureza, "que interferem diretamente na organização e no funcionamento da comissão", disse Gleisi.

A sabatina de autoridades na CAE respeitará intervalo mínimo de três dias entre a leitura da mensagem de indicação no Plenário e a reunião da comissão. Somente em caráter excepcional a votação deverá ser iniciada antes do fim da sabatina e, se houver quórum para deliberação, as escolhas de autoridades terão preferência sobre as demais matérias.

Ao comentar o primeiro ato aprovado pela comissão, Delcídio ressaltou sua intenção de dar um basta à sucessão de subcomissões criadas no Sena-

do. Segundo informou, já existem 33, além das 11 comissões permanentes.

– Essa coisa está pululando no Senado. Não há qualquer risco de iniciativas nesse sentido darem certo – afirmou Delcídio.

Blairo Maggi (PR-MT) também defendeu um "freio de arrumação" na criação de subcomissões, sob pena de os senadores não darem conta do trabalho regular. A repetição de audiências sobre o mesmo assunto, acrescentou, também poderia depreciar o papel do Senado.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse considerar esse processo "uma loucura" e recomendou às comissões permanentes que estudem saída conjunta para o problema.



Delcídio Amaral, na presidência da CAE: requerimentos não serão votados na mesma reunião em que forem apresentados

Alvaro quer estimular as primárias partidárias



Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem ter apresentado projeto de lei que estimula a adoção de eleições primárias pelos partidos no Brasil. De acordo com o senador, o projeto não torna as primárias obrigatórias – já que a Constituição confere autonomia aos partidos –, mas traz orientações sobre sua realização.

Alvaro Dias explicou que a campanha eleitoral na fase das primárias começaria em 1º de abril, prazo para a desincompatibilização, quando ocupantes de cargos no Executivo se afastam para ter o direito de concorrer às eleições em outubro. A campanha prosseguiria até o primeiro domingo de junho, data das eleições dos candidatos dos partidos.

Vanessa pede Amazonas no sistema elétrico interligado

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez apelo ao Ministério de Minas e Energia para que o Amazonas integre o sistema elétrico interligado brasileiro, abastecido pelas hidrelétricas que compõem o sistema de geração. Ela explicou que a energia usada no Amazonas hoje é de geração termelétrica. A partir da construção do gasoduto Coari-Manaus, parte da energia vem de usina de gás natural e abastece setores da cidade de Manaus.

Os seis municípios posicionados em torno do gasoduto também receberão energia elétrica gerada pela usina movida a gás natural, possibilitando o desenvolvimento local, disse a senadora. Ela destacou ainda que o Amazonas tem 61 municípios e é preciso que o ministério ajude a encontrar uma solução que beneficie todos eles. A maior reserva de gás natural em terra firme se encontra no Amazonas e vários municípios poderão ser abastecidos com esse tipo de energia, sugeriu.

Lei definirá responsabilidade sanitária

A criação de uma lei de responsabilidade sanitária, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com definições específicas sobre as competências de cada ente federado no financiamento e cumprimento de metas para atendimento à saúde, e punição para quem não as realiza. Esse é um dos debates que a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, instalada ontem, deve realizar, informou o senador Humberto Costa (PT-PE), presidente eleito do colegiado. Eduardo Amorim (PSC-SE) ficou com a vice-presidência.



Humberto Costa (E) e Eduardo Amorim dirigirão novo colegiado

Humberto Costa disse que apresentará, nos próximos dias, para ser discutida no âmbito da subcomissão, proposta que altera a Lei Orgânica da Saúde para definir de forma mais clara o que seriam as responsabilidades dos estados, dos municípios e da União no que diz respeito ao financiamento e à atenção à saúde.

Eunício: Ceará terá melhor rede de atendimento do Nordeste

Eunício Oliveira (PMDB-CE) relatou os avanços na área de saúde no Ceará, afirmando que a construção de hospitais, unidades de pronto atendimento (UPAs), policlínicas e centros de especialidades odontológicas fará com que o estado tenha a melhor rede de atendimento da região Nordeste.

– Após a instalação de todos esses equipamentos, da construção de todas essas unidades hospitalares de assistência odontológica, inclusive, o Ceará ficará com a melhor rede de atendimento do Nordeste, equiparando-se, na saúde pública, a São Paulo e Paraná.

Entre as obras, o senador destacou a inauguração sexta-feira, em Juazeiro do Norte (CE), do Hospital Regional do



Eunício Oliveira

Cariri Mon-senhor Murilo de Sá Barreto, primeiro hospital público de alta complexidade do interior do estado. Essa unidade deve funcionar também como hospital-escola para os alunos das faculdades de Medicina da região.

Ana Rita destaca papel da assistência social no país

Ao destacar o papel desempenhado pelos profissionais de assistência social no país, a senadora Ana Rita (PT-ES) elogiou da tribuna a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Ela pediu o apoio dos senadores para a aprovação do projeto que modifica a Lei Orgânica da Assistência Social, em tramitação nas comissões, para que o Suas seja implementado em sua plenitude.

A senadora explicou que o Suas organiza a assistência social em dois tipos de proteção: a básica e a especial. A proteção básica é destinada a pesso-

as ou famílias em situações de vulnerabilidade social, e quanto a especial é destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco, como abandono, uso de drogas ou abuso sexual.

Ana Rita qualificou o Suas como uma importante conquista da sociedade brasileira, por ampliar a proteção social brasileira.



Ana Rita

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Eduardo Suplicy • João Pedro • Paulo Paim • Jayme Campos • João Vicente Claudino • Ivo Cassol

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Subcomissão do Nordeste inicia em maio debates nos estados

A Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste começa em maio um ciclo de audiências públicas que será realizado nos estados do Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo. Os dois primeiros debates deverão ocorrer no Maranhão e em Alagoas, nos dias 9 e 23 de maio, não tendo sido ainda definida a ordem de realização.

No Maranhão, o debate deverá tratar da revitalização do rio Parnaíba e, em Alagoas, do desequilíbrio fiscal dos estados que partilham receita com a União.

– Devemos começar pelo Maranhão, para prestigiar o

presidente do Senado, José Sarney, que será convidado para o evento – informou Wellington Dias (PT-PI), presidente da subcomissão. Os debates, disse, resultarão em informações capazes de nortear iniciativas do governo, do Congresso e da iniciativa privada na região.

Serão realizados dois debates por mês nos estados, até outubro, sempre às segundas-feiras, das 8h30 às 14h. Conforme Wellington Dias, devem participar das audiências parlamentares do Nordeste, representantes dos governos estaduais e federal, dos trabalhadores, dos empresários e demais lideranças locais.



Wellington Dias, que preside subcomissão: Minas e Espírito Santo farão parte

Vanessa Grazziotin assume subcomissão da Amazônia

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi eleita ontem presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, e o senador Vicentinho Alves (PR-TO) vice-presidente, para o biênio 2011/2012. O colegiado é ligado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Após a instalação da subcomissão, os senadores aprovaram temas para discussão no colegiado. Por requerimento de João Pedro (PT-AM), serão realizadas audiências sobre o Código Florestal na perspectiva da Amazônia e o conjunto de

aspectos que envolvem as fronteiras da região.

Atendendo a sugestão de Vicentinho Alves, a subcomissão também aprovou a realização de audiências sobre políticas de incentivos fiscais à região e sobre transporte aquaviário.

Vanessa Grazziotin sugeriu que os debates sejam realizados nos estados. A senadora acatou sugestão de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que preside a subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para que as duas subcomissões trabalhem em conjunto.



Vanessa, ao lado de Vicentinho Alves, sugere que os debates sejam realizados nos estados

Projeto determina que fabricantes, importadores e comerciantes serão responsáveis pela coleta e destino de pilhas e baterias usadas. Decisão será terminativa na CAS

CAE define responsabilidade sobre descarte de pilhas

FABRICANTES, IMPORTADORES E estabelecimentos comerciais poderão ser responsabilizados pelo descarte ambientalmente adequado de pilhas e baterias. Projeto (PLS 714/07) com essa determinação foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e enviado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

Apresentado pelo então senador Gerson Camata, em 2007, a proposta estabelece que as empresas que vendem pilhas e baterias terão de receber as unidades usadas, para, posteriormente, serem recolhidas pelos fabricantes ou pelos importadores.

Gerson Camata citava no projeto a estimativa de que o Brasil produzia cerca de 800 milhões de pilhas e 17 milhões de baterias a cada ano, produtos que contêm substâncias químicas perigosas para a saúde e para o ambiente. O descarte inadequado – em lixões, por exemplo – pode contaminar o solo e os recursos hídricos. “A grande maioria dos municípios brasileiros não possui aterros sanitários e, por consequência, os resíduos urbanos acabam em



Perigo envolvido no descarte inadequado já estimula coletas para reciclagem

lixões”, alertou Camata.

O parecer pela aprovação do texto na CAE foi apresentado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O projeto também determina que o rótulo das embalagens “deverá informar de forma clara ao consumidor sobre a correta devolução das unidades usadas”; que os estabelecimentos que vendem pilhas e baterias serão obrigados a instalar coletores “em local visível e de fácil acesso para a devolução”; e que “fica proibido o descarte no meio ambiente” desses

produtos. Também são especificadas as punições previstas para quem desrespeitar a nova lei.

Emenda

Antes de chegar à CAE, o projeto passou pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde recebeu emenda do então senador Renato Casagrande. A emenda explícita que fabricantes e importadores “serão responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada do material recolhido”.

CMA quer acompanhar atualização de código

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), vai realizar audiência pública com a presença dos membros da comissão de juristas constituída pelo Senado para atualizar o Código de Defesa do Consumidor. O evento servirá para que eles prestem informações sobre o andamento dos trabalhos. A audiência foi aprovada ontem pela comissão, a partir de sugestão do presidente do colegiado, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

O senador também apresentou requerimento para audiência com a participação do subsecretário-geral da Organização das Nações Unidas, Achim Steiner, em 26 de abril, para debater as perspectivas da economia verde no país e a realização da Conferência Rio+20, em 2012, no Rio de Janeiro. A CMA também realizará, por sugestão de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), audiência sobre políticas permanentes de enfrentamento a desertos naturais. Foi aprovado ainda debate com representantes do governo sobre os efeitos sociais e os impactos ambientais das usinas de Jirau e Santo Antonio, no rio Madeira.

Taques: Inbra deve explicar a venda ilegal de lotes

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem requerimento para que o Inbra esclareça denúncias de comércio ilegal de lotes de assentamentos rurais implantados pelo governo federal. O pedido, apresentado pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), foi inspirado em reportagem veiculada pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, em 13 de fevereiro.

O senador descreve nove pontos para esclarecimentos, a começar pelas ações adotadas pelo Inbra para impedir que sejam comercializados, pelo prazo legal de dez anos, os títulos de domínio e concessão dos imóveis distribuídos. O senador também pergunta sobre o que tem sido feito pelo Inbra para tornar a fiscalização nos assentamentos mais eficiente.

Pedro Taques requisitou ainda nomes de beneficiários excluídos do programa federal de reforma agrária por quebra da regra que proíbe a venda dos lotes. Também solicitou que seja informada a frequência, nos últimos cinco anos, com que essa regra tem sido desrespeitada em cada estado da Federação – especialmente no Mato Grosso, que ele representa.

Rollemberg pede que ministro ajude a UnB

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez um apelo ontem ao ministro da Educação, Fernando Haddad, para que assegure os recursos necessários para cobrir os prejuízos sofridos pela Universidade de Brasília, alagada no último domingo em decorrência das fortes chuvas que caíram no Distrito Federal.

O valor dos prejuízos ainda não foi calculado, mas já está estimado em milhões de reais – entre mobiliário, equipamentos e laboratórios danificados, paredes derrubadas, documentos

perdidos, pesquisas comprometidas e ainda as perdas nos estúdios de rádio e TV da universidade, que também foram atingidos.

– As cenas do alagamento são absolutamente chocantes. Isso demonstra a necessidade de reformarmos e reavaliarmos a estrutura de águas pluviais do DF – disse o senador.

Ele salientou que a UnB é uma universidade em expansão, com a construção do *campus* de Ceilândia e com mais dois outros *campi* nas cidades do Gama e de Planaltina.

Randolfe quer socorro federal no Amapá

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu que a Defesa Civil e o Ministério da Integração Nacional prestem auxílio aos seis municípios do Amapá atingidos por enchentes neste mês (Calçoene, Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio, Pedra Branca e Laranjal do Jari).

Ele informou que o governador Camilo Capiberibe decretou estado de emergência em Porto Grande e Ferreira Gomes, os dois municípios mais



Randolfe

atingidos. Segundo Randolfe, das 1.273 pessoas atingidas em Ferreira Gomes, 200 estão desabrigadas e Porto Grande tem 20 famílias nessa condição.

Randolfe disse ainda que os R\$ 500 mil liberados até agora para atender os municípios afetados não serão suficientes, pois, na sua avaliação, a tendência é de continuidade das chuvas, provocando novas enchentes nos mesmos locais.

Entidades patrocinadoras não estariam pagando contrapartida à contribuição dos empregados, segundo participantes de debate na Subcomissão em Defesa da Previdência

Especialista alerta para riscos de crise em fundos de pensão

OUTROS FUNDOS DE pensão podem ter o mesmo destino do Aerus, da Varig, que não paga os benefícios a seus contribuintes. O alerta foi feito em audiência pública que durou quase cinco horas na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), Cláudia Muinhos Ricaldoni, atribuiu os problemas ao sistema que exclui os participantes da gestão dos fundos. Segundo ela, dos 358 fundos existentes, apenas 74 têm paridade entre participantes e patrocinadores em suas instâncias administrativas, como conselhos deliberativo e fiscal e diretoria executiva.

A secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Graziella Baggio, alertou para o risco de derrocada de todo o sistema, e não apenas do Aerus. O advogado Luís Antonio Castagna Maia, que atua no processo da Aerus, disse que o fundo de pensão do Banco da Amazônia só está pagando os benefícios dos participantes por força de liminar da Justiça.

Cláudia Ricaldoni afirmou que o Portus – fundo de pensão criado em 1979 pela Portobrás, extinta em 1990 – enfrenta problemas. Segundo ela, algumas das atuais patrocinadoras, empresas estatais que atuam na administração de vários portos brasileiros, não estão pagando a contribuição mensal a que são obrigadas.

Excluídos da gestão dos fundos, os participantes enfrentam outro problema, apontado pela presidente da Anapar: mudanças unilaterais nos planos, com rebaixamento de direitos, ou simplesmente sua extinção.

A presidente da Anapar informou que a entidade elaborou projeto focado na governança dessas entidades, de forma a assegurar a paridade e a afastar as interferências políticas. O presidente da subcomissão, senador Paulo Paim (PT-RS), pediu a ela que encaminhe o projeto à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), é inquietante constatar que os fundos de pensão – “instituições sólidas em outros países” – estejam expostos a ingerências políticas.



Graziella Baggio, do Sindicato Nacional dos Aeronautas, alerta para risco de derrocada de todo o sistema, e não só do Aerus

Drama dos pensionistas do Aerus faz cinco anos

O drama dos funcionários da Varig começou em abril de 2006, quando a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) determinou a intervenção no Instituto Aerus de Seguridade Social e a liquidação extrajudicial dos planos de benefícios da antiga companhia aérea. Quem estava aposentado só recebe 8% do que tinha direito na complementação; outros, que se aposentaram

depois, não recebem nada.

O aniversário da intervenção foi marcado por manifestações, como a da Cinelândia, no Rio de Janeiro. Fotos exibidas pela secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Graziella Baggio, durante a audiência na CAS, emocionaram os senadores, porque várias pessoas que haviam participado de manifestações já

morreram.

Ana Amélia (PP-RS) anunciou que vai se encontrar amanhã com a ministra Cármen Lúcia, relatora de um dos processos da Varig no Supremo Tribunal Federal (STF).

A corte deve decidir se a Varig tem direito a indenização para compensar o congelamento das tarifas aéreas no período 1985-1992.

Mantega falará na CAE sobre sucessão na Vale

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouvirá, em 3 de maio, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o envolvimento do governo no afastamento do presidente da Vale, Roger Agnelli, e sobre inflação, corte de gastos, balança comercial e carga tributária. A iniciativa foi de Cyro Miranda (PSDB-GO) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

Por sugestão de Armando Monteiro (PTB-PE), em 10 de maio a comissão ouviu o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

Ana Amélia destaca efeito da intervenção

Ao lembrar os cinco anos de intervenção da Secretaria de Previdência Complementar no Instituto Aerus de Seguridade Social, a senadora Ana Amélia (PP-RS) destacou que, nesse período, os beneficiários do fundo vêm recebendo valores irrisórios.

– Sofrem com isso mais de 8 mil contribuintes, suas famílias e dependentes. Muitos deles, em torno de 400, já são falecidos e não puderam desfrutar, em vida, do plano de previdência ao qual aderiram – afirmou.

Para Ana Amélia, esse é um problema social muito grave e, na esperança de vê-lo resolvido, os aeroviários, os aeronautas e



Senadora repercute manifestação de aeroviários no Rio em São Paulo

suas famílias estão mobilizados na Cinelândia, no Rio de Janeiro, e no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, em manifestação do movimento “Acordo Já”.

Os manifestantes pedem o julgamento, pelo STF, da ação de indenização por perdas tarifárias das décadas de 1980 e 1990, segundo a qual a Varig pode receber R\$ 4 bilhões. O processo está parado, atendendo a recurso da Advocacia-Geral da União.



José Pimentel comemora 1 milhão de microempreendedores individuais

Pimentel celebra novos benefícios com a MP 519

O senador José Pimentel (PT-CE) comemorou o primeiro milhão de beneficiados pelo programa Microempreendedor Individual: Formalização e Proteção Social. Ele também comentou a Medida Provisória 519/11, enviada pela presidente Dilma Rousseff ao Congresso, que, segundo informou, reduz a zero o imposto a ser pago pelo empresário individual ao governo federal.

Conforme explicou Pimentel, se o empreendedor for do comércio ou indústria, pagará R\$ 1 a título de ICMS para o governo estadual, independente do valor mensal da venda e, se for prestador de serviços, pagará R\$ 5 de Imposto sobre Serviços (ISS). A contribuição para a Previdência Social é de 5% (R\$ 27,25). No caso de mulher empreendedora, ela passa a ter direito a salário-maternidade.

Gurgacz quer teto de R\$ 72 mil para empreendedor

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a adesão de um milhão de pessoas ao programa Microempreendedor Individual: Formalização e Proteção Social, do governo federal. Ele pediu o apoio dos colegas para aprovação de sua proposta que eleva para R\$ 72 mil o teto da renda bruta na categoria microempreendedor.

O projeto (PLS 195/10) já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e precisa, agora, ser aprovado pelo Plenário. Segundo o senador, a proposta teria o apoio da presidente Dilma Rousseff. Jardineiros, funileiros, pedreiros, carpinteiros e vendedores ambulantes, ao saírem da ilegalidade e se tornarem microempreendedores, passam a emitir nota fiscal e ganham direito a aposentadoria.



Gurgacz pede apoio dos senadores para projeto, aprovado na CCJ e CAE



Senador espera que empenho estadual atraia investimento no setor

Geovani pede política pesqueira para o Amapá

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) pediu ao governo do Amapá a implantação de política pesqueira, atividade hoje desenvolvida artesanalmente no estado. Enquanto o Pará produz 136 mil toneladas de pescado por ano, ocupando a segunda posição no ranking nacional, o Amapá produz somente 17 mil, comparou.

– É um segmento que clama de forma constante por apoio e assistência, pela reorganização e dinamização do mercado de trabalho – afirmou.

O senador defendeu investimentos em infraestrutura para embarque e desembarque de pescado, a fim de atrair investimento de empresas. De acordo com o senador, dez municípios costeiros do estado funcionam como colônias de pescadores ou cooperativas e respondem por mais de 90% da captura de pescado. Nesses municípios, o trabalho é feito de forma artesanal, com mão de obra familiar.

Vital do Rêgo critica sobretaxa da água mineral

Vital do Rêgo (PMDB-PB) protestou contra o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a água mineral (em torno de 15%), uma das medidas compensatórias de receita previstas na Medida Provisória (MP 528/11) que corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para os anos de 2011 a 2014.

O senador informou ontem que apresentará medidas para que o Senado discuta o aumento do imposto, para ele, injusto. Vital do Rêgo entende que o consumo da água não é eletivo, como o de cerveja e refrigerante, que também tiveram seus impostos majorados.

Vital do Rêgo informou que a Agência Nacional de Águas (ANA) prevê colapso no abastecimento caso o serviço não seja ampliado. O colapso, informou, pode afetar 1.896 municípios que já operam com sobrecarga. Para ser evitado, são necessários investimentos de urgência no valor de R\$ 18 bilhões.



Vital do Rêgo considera injusto aumento do IPI sobre o produto